

**HABEAS CORPUS Nº 510.668 - GO (2019/0139758-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEBORA DE CASTRO BARROS  
**ADVOGADO** : DEBORA DE CASTRO BARROS - DF044597  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : PAULO ANTONIO DE JESUS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de PAULO ANTÔNIO DE JESUS, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do ora paciente pela prática, **em tese**, do delito capitulado no art. 121, § 2º, II, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

**"EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ATO PROCESSUAL FUNDAMENTADO. NECESSIDADE DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.**

*Constitui ato processual fundamentado, o decreto de prisão antecipada do paciente, pelo crime de homicídio qualificado, tipificado pelo art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, presentes as condições autorizativas da conveniência da instrução criminal e da aplicação da Lei Penal, indicadas a gravidade do fato E a fuga do distrito da culpa, sintonizado com o art. 312, do Código de Processo Penal.*

**ORDEM DENEGADA" (fl. 30) .**

Dá o presente **mandamus**, no qual a impetrante alega a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, reforçando que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Argumenta que *"Indício suficiente de autoria é a demonstração inequívoca da ocorrência de um fato punível praticado por aquele autor que*

*está sendo acusado, e no caso concreto os indícios são presumíveis e não inequívocos, uma vez que as provas constantes nos autos são testemunhais e de laudos periciais" (fl. 6).*

Salienta, nesse sentido, que *"nos laudos não possuem elementos incontestáveis que possam indicar que o paciente como autor dos disparos"* (fl. 6).

Aduz que *"O paciente vinha sofrendo ameaças e chegou a sofrer tentativas reais contra sua vida e sua integridade física, e foi por esta razão que nesse mesmo ano, ele se mudou para o município de Planaltina-GO com toda sua família, e não para se esquivar ou fugir da ação penal instaurada"* (fl. 7).

Defende que fatos antigos não autorizam a decretação da prisão preventiva.

Pondera a possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Sustenta o excesso de prazo para a formação da culpa.

Postula, a impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente com aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, ou, subsidiariamente, que o paciente seja transferido mantido na unidade prisional de Planaltina-GO, ou seja transferido para Unidade mais próxima da Comarca de Planaltina/GO.

A liminar foi indeferida às fls. 220-222.

Informações prestadas às fls. 226-278.

O Ministério Público Federal, às fls. 281-285, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer ementado nos seguintes termos:

***"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. ENTENDIMENTO FIRMADO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES. NÃO CABIMENTO RESTRIÇÃO AO USO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM***

*PÚBLICA. DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.*

*GRAVIDADE DO FATO E FUGA DO DISTRITO DA CULPA. PRESENTES OS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A CONSTRICÇÃO CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO E PEDIDO PARA QUE O PRESO NÃO SEJA TRANSFERIDO DA UNIDADE PRISIONAL. MATÉRIAS NÃO EXAMINADAS NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE QUE AUTORIZA A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. NO MÉRITO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM" (fl. 281).*

É o relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Primeiramente, quanta a alegação de que *"Indício suficiente de autoria é a demonstração inequívoca da ocorrência de um fato punível praticado por aquele autor que está sendo acusado, e no caso concreto os indícios são presumíveis e não inequívocos, uma vez que as provas constantes nos autos são testemunhais e de laudos periciais"* (fl. 6) e que *"nos laudos não possuem elementos incontestáveis que possam indicar que o paciente como autor dos disparos"* (fl. 6), o Tribunal **a quo** consignou:

*"A autoridade judiciária impetrada, ao decretar a prisão preventiva do paciente (Evento 01, Movimentação 02), afirmou a necessidade, destacando os motivos justificadores, a prova da materialidade, os indícios da autoria[...]"* (fl. 26).

Extrai-se, ainda, da decisão do juízo **a quo**:

*"Outrossim, ao contrário do que alegou a defesa, julgo presentes os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva. Em verdade, verifico que o desenrolar das investigações revelaram, ao menos preliminarmente, **indícios de que o acusado teria cometido crime de homicídio qualificado (artigo 121, § 2º, I) - crime hediondo nos termos do art. inciso I, da Lei 8.072/90 - razão pela qual foi, oferecida denúncia em seu desfavor, no dia 30.11.2004 e recebida em 21.02.2005.**" (fl. 22-grifei).*

Concluir em sentido contrário, demandaria extenso revolvimento fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do **habeas corpus**.

Sobre o tema, o seguinte precedente desta Corte:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.*

*1. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.*

*2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.*

*3. Na hipótese, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito e da periculosidade do agente, evidenciada pelo modus operandi empregado*

*apontando-se, na espécie, que o paciente, juntamente com dois comparsas, mediante grave ameaça pelo uso de arma de fogo, surpreenderam a vítima quanto esta chegava em casa e passaram a subtrair vários bens do interior da residência, forçando a ofendida a acordar seu pai, maior de 60 anos de idade, que se recuperava de recente cirurgia de cateterismo, e obrigando-o a deslocar-se do quarto para a sala, revelando, assim, o destemor e frieza dos acusados na conduta delitiva.*

*4. Caso em que o acórdão impugnado aponta que o recorrente responde a outra ação penal pela prática dos delitos de receptação e associação criminosa, observando-se que, embora tenha obtido a liberdade provisória no referido processo, o acusado tornou a delinquir, demonstrando, assim, o seu grave envolvimento com o mundo do crime, circunstância essa que justifica, com maior razão, a imposição da custódia cautelar, a fim de que seja interrompida a reiteração delitiva.*

*5. Eventuais condições subjetivas favoráveis ao recorrente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. Precedentes.*

*6. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão; o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.*

*7. Recurso ordinário improvido" (RHC n. 67.890/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 5/10/2016-grifei).*

Cumpre ressaltar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: HC n. 449.354/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de

28/06/2018; HC n. 423.503/SP, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup>. Min.<sup>a</sup>. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 14/03/2018; RHC n. 82.459/CE , **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/09/2017; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 04/04/2017.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame. Transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto da r. decisão que decretou a prisão cautelar por ocasião do recebimento da denúncia, **in verbis**:

*"O réu está sendo processado pela prática de crime de homicídio qualificado previsto no art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal.*

*Assim, não há como ele ser julgado sem sua presença e como ele está foragido do distrito da culpa, faz-se necessário o decreto de sua prisão preventiva para a garantia da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal ao caso concreto"* (fl. 50-grifei).

Extrai-se, ainda, da decisão de negou o pedido de revogação da prisão preventiva:

*"Importante destacar ainda, se tratar de crime de significativa gravidade. Em verdade, trata-se de imputação referente a delito de homicídio qualificado, cujo modus operandi utilizado revela o emprego de violência contra a vítima, ocasionando, também, a morte dela. A gravidade, portanto, não é meramente abstrata, mas aferível diante do caso concreto."* (fl. 23-grifei).

Colhe-se, ainda, do denúncia:

*"No momento em que estavam no bar, o Sr. Cicero José de Oliveira passou em frente ao boteco montado numa bicicleta, momento em que o denunciado gritou com o mesmo, afirmando que lhe mataria, tendo a vítima respondido à ameaça, não se sabendo ao certo com que palavras. A vítima continuou andando, tendo parado na esquina da frente. Por sua vez, o denunciado retirou-se do bar e foi em direção à vítima, tendo sacado uma arma de fogo que portava na cintura e efetuado quatro disparos que atingiram pelas costas. Quando a vítima já estava caída sobre sua bicicleta, o denunciado aproximou-se e efetuou ainda um último disparo; em seguida evadiu-se do local.*

*O certo é que Paulinho tentou iniciar uma discussão com Cicero, mas este não deu prosseguimento à desavença, tendo apenas respondido ao grito daquele e continuado a sua trajetória. Não satisfeito, o denunciado foi em busca da vítima com intuito de matá-la, no que logrou sucesso" (fls. 43-44-grifei).*

Por fim, o v. acórdão objurgado manteve a prisão preventiva sob os seguintes argumentos:

*"Constitui ato processual fundamentado, o decreto de prisão antecipada do paciente, pelo crime de homicídio qualificado, tipificado pelo art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, presentes as condições autorizativas da conveniência da instrução criminal e da aplicação da Lei Penal, indicadas a gravidade do fato e a fuga do distrito da culpa, sintonizado com o art. 312, do Código de Processo Penal" (fl. 27).*

Ora, da análise dos excertos transcritos, observa-se que a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, notadamente em razão da forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em **homicídio qualificado, com emprego de arma de fogo, por motivo fútil**, o que revela a **gravidade concreta** da conduta e justifica a imposição da medida extrema, **na hipótese**.

Acrescente-se a isso o fato de haver, nos autos, que o paciente empreendeu fuga após o cometimento do crime.

Acerca do tema, cito os seguintes precedentes desta eg. Corte Superior:

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. HOMICÍDIO PRATICADO POR MOTIVO FÚTIL MEDIANTE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PACIENTE FORAGIDO DESDE A DATA DO FATO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.**

*1. A decretação da prisão preventiva não se mostra desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no fato de que o Paciente atirou em seu irmão de surpresa (o que impossibilitou a defesa) após discussão, pois este não permitiu que aquele usasse*

*drogas (motivo fútil), bem como esteve foragido por longo período (dezessete anos) - a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.*

*2. Inexiste inovação de fundamento pela Corte de origem quando esta, para manter a prisão preventiva, utiliza-se dos mesmos motivos expostos pelo Juiz de primeiro grau nas decisões de decretação e manutenção da custódia processual.*

*3. O fato de o Paciente ter se evadido logo após a suposta prática da tentativa de homicídio, vindo a ser capturado 17 (dezessete) anos após o decreto de prisão preventiva, evidencia o risco de sua liberdade para a aplicação da lei penal e para instrução criminal. A fuga constitui o fundamento de cautelaridade, em juízo prospectivo, razão pela qual a alegação de ausência de contemporaneidade não tem o condão de revogar a segregação provisória.*

*4. No tocante ao alegado desrespeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, não cabe, na via estreita do habeas corpus, o exame de meras alegações genéricas, divorciadas de elementos concretos que lhes sirvam de alicerce.*

*5. A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.*

*6. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.*

*7. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 471.630/SP, Sexta turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 03/06/2019-grifei.)*

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE FORAGIDO DESDE OUTUBRO DE 2016. CITAÇÃO POR EDITAL. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.**

**2. A privação antecipada da liberdade do cidadão**



*acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.*

*3. No caso, constata-se que as instâncias ordinárias apresentaram fundamentos idôneos para justificar a segregação do paciente, mencionando que, além da gravidade concreta do delito, caracterizado por *modus operandi* especialmente reprovável, com execução, em tese, da vítima em emboscada mediante inúmeros disparos de arma de fogo, o paciente permaneceu, desde então (17/10/2016), em local incerto e não sabido, o que inclusive motivou sua citação por edital e a suspensão do processo nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal. Ressaltou-se, ainda, que ele constituiu defensor, demonstrando ter consciência da ação penal. Evidente a necessidade da prisão como forma de garantia da aplicação da lei penal.*

*4. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la. 5. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública.*

*6. Ordem não conhecida." (HC 492.872/GO, Quinta turma, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 29/03/2019-grifei.)*

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. NULIDADE NO PROCESSAMENTO DO WRIT NA ORIGEM. INOCORRÊNCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

*I - Firme a jurisprudência deste STJ no sentido de que: "Não havendo prévio requerimento expresso por parte do*

*advogado do paciente, não há que se falar em nulidade do julgamento de habeas corpus realizado em sessão cuja data não lhe foi cientificada. Enunciado n.º 431 da Súmula do STF" (RHC n. 64.679/SP, Sexta Turma, Relª. Minª. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 11/12/2015).*

*II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do art. 312 do CPP.*

*III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, notadamente a forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em homicídio cometido contra a namorada, por motivo torpe e com recurso que impediu a defesa da vítima, o que revela a gravidade concreta da conduta e justifica a imposição da medida extrema. Precedentes.*

*IV - O recorrente se evadiu do distrito da culpa, uma vez certificado que se encontrava em local incerto e não sabido, e permaneceu foragido por 7 anos (de 22/8/2011 a 18/10/2018), fato que justifica a indispensabilidade da medida extrema, em desfavor do recorrente, para assegurar a aplicação da lei penal. Precedentes.*

*V - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.*

*Recurso ordinário desprovido." (RHC 106.247/CE, Quinta turma, Rel. Minha Relatoria, DJe 26/02/2019-grifei.)*

**Em relação ao excesso de prazo, a alegação de ausência de contemporaneidade da prisão e ao pedido para que o paciente não seja transferido da unidade prisional, verifico que tais teses sequer foram apreciadas pelo eg. Tribunal de origem, razão pela qual esta Corte fica impossibilitada de examinar as questões ora suscitadas, sob pena de indevida supressão de instância.**

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

**"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM  
SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO**

*INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. [...] ROUBO CIRCUNSTANCIADO. NULIDADE DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.*

*1. A alegada falta de fundamentação da decisão que recebeu a denúncia não foi alvo de deliberação pela autoridade apontada como coatora, o que impede o seu exame diretamente por este Sodalício, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.*

*2. Ainda que assim não fosse, é pacífico neste Sodalício e no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que, em regra, a decisão que recebe a denúncia prescinde de fundamentação complexa, justamente em razão da sua natureza interlocutória.*

*[...]*

*5. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 354.302/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 14/6/2016).*

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADES. INVERSÃO DO RITO PROCESSUAL. ART. 55 DA LEI 11.343/06. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APLICAÇÃO DO PRIVILÉGIO CONSTANTE DO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/06, EM FRAÇÃO AQUÉM DO MÁXIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DE REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO. ILEGALIDADE DEMONSTRADA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*[...]*

*3. No tocante à nulidade concernente à falta de fundamentação da denúncia, a ausência de apreciação da tese pelo Tribunal local impede seu enfrentamento nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*[...]*

*7. Habeas corpus não conhecido, ordem, porém, concedida de ofício, para fixar o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena" (HC n. 309.801/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 12/5/2016).*

Deve-se ressaltar, ainda, que a presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos

hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, **como na hipótese**. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante o exposto, **não conheço do presente habeas corpus**.

P.I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator

